

## O Grupo Comunista Lenine e a luta sindical nas páginas do jornal *A Luta de Classe*

Carlos Prado<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9260-6517>

**Resumo:** O Grupo Comunista Lenine foi a primeira organização brasileira vinculada à Oposição de Esquerda Internacional. Surgiu em 1930, a partir de diversas cisões que ocorreram no PCB entre 1928 e 1929. O grupo se identificou como fração e lançou diversas críticas aos comunistas, apontando a burocratização do partido, que se afastava das teses fundamentais do bolchevismo. O presente trabalho tem o objetivo de, a partir da análise do jornal *A Luta de Classe*, apresentar a concepção do Grupo Comunista Lenine em torno do movimento sindical brasileiro em 1930. Num primeiro momento, busca-se caracterizar a crítica lançada pelos trotskistas à política do PCB, que apontava para uma “radicalização das massas” e convocava os trabalhadores à luta armada imediata. Posteriormente, investiga-se a concepção dos opositoristas em torno do papel dos sindicatos e de sua relação com o partido, bem como a relação entre luta econômica e luta política.

188

**Palavras-chave:** Marxismo no Brasil; Trotskismo; Sindicatos; Luta de classe.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela PPGH-UFF e professor do curso de História da FACH-UFMS.

**Abstract:** The Grupo Comunista Lenine was the first Brazilian organization linked to the International Left Opposition. It emerged in 1930 from several divisions that occurred in the PCB between 1928 and 1929. The group identified itself as a fraction and launched several criticisms of the communists, pointing at the bureaucratization of the party, which had moved away from the fundamental theses of bolshevism. The purpose of this paper is, based on the analysis of the newspaper *A Luta de Classe*, to present the conception of the Grupo Comunista Lenine around the Brazilian syndicate movement in 1930. At first, it aims to characterize the criticism launched by trotskysts to the policy of the PCB, which pointed towards a radicalization of the masses and called the workers to an immediate armed struggle. Subsequently, it features the oppositionist's conception of the role of syndicate and their relationship between economic struggle and political struggle.

**Keywords:** Marxism in Brazil; Trotskism; Syndicates; Class Struggle.

**Resumen:** El Grupo Comunista Lenine fue la primera organización brasileña vinculada a la Oposición de Izquierda Internacional. Surgió en 1930 a partir de varias divisiones ocurridas en el PCB entre 1928 y 1929. El grupo se identificó como una fracción y lanzó varias críticas a los comunistas, apuntando a la burocratización del partido que se alejó de las tesis fundamentales del bolchevismo. El propósito de este artículo es, basado en el análisis del diario *A Luta de Classe*, presentar la concepción del Grupo Comunista Lenin en torno del movimiento sindical brasileño en 1930. En un primer momento, busca caracterizar la crítica lanzada por los trotskistas contra la política del PCB que apuntaba a una “radicalización de las masas” y llamaba a los trabajadores a una lucha armada inmediata. Posteriormente, se investiga la concepción opositora del rol de los sindicatos y su relación con el partido, así como la relación entre lucha económica y lucha política.

**Palabras clave:** Marxismo en el Brasil; Trotskismo; Sindicatos; Luchas de Clases.

## Introdução

Em 8 de maio de 1930, o Grupo Comunista Lenine (GCL) se lançou oficialmente por meio da publicação do primeiro número do jornal *A Luta de Classe*.<sup>2</sup> De imediato, o GCL estabeleceu contato com o Secretariado Provisório da Oposição de Esquerda Internacional (OEI) e se apresentou como “fração externa” do PCB. Destacando o contexto internacional, a organização se reivindicou “bolchevique-leninista”, apresentando-se como “núcleo de resistência à degenerescência burocrático-ideológica” da Internacional Comunista (IC). (GCL, 1930d, p. 1).

O GCL era composto por diversos ex-militantes do PCB, que haviam rompido ou sido expulsos do partido entre 1928 e 1929, devido a divergências latentes. Como apontou Marques Neto (1993), a origem da OEI no Brasil está relacionada a diferenças políticas no interior do PCB, que diziam respeito ao regime interno, à tática de alianças e à orientação sindical. A cisão não foi resultado direto dos debates no interior do Partido Bolchevique ou da tomada de posição dos militantes brasileiros em favor de Trotsky. A princípio, as questões parecem girar em torno apenas de problemáticas nacionais. Mas, como apontaram Karepovs e Marques Neto (2007), há sim relação direta, uma vez que a interpretação da teoria revolucionária, a aliança com a pequena-burguesia e a burocratização do partido foram temas que aproximaram os dissidentes brasileiros das teses trotskistas.<sup>3</sup>

Após a cisão, os opositoristas brasileiros não se organizaram de forma imediata. Foi apenas após o retorno de Mário Pedrosa, que estava na Europa, que os ex-membros do PCB se reuniram em nova organização. A historiografia aponta a atuação de Pedrosa como fundamental para que os dissidentes brasileiros percebessem que os conflitos no Brasil não expressavam questões meramente nacionais, mas evidenciavam uma crise maior dos PCs, revelando o contexto internacional da degeneração burocrática.

<sup>2</sup> Esperava-se que a primeira edição do jornal *A Luta de Classe* fosse publicada em 1º de maio, junto às comemorações do dia do trabalhador, mas o número inaugural só foi publicado na semana seguinte.

<sup>3</sup> O termo “trotskista” é utilizado aqui como referência aos membros da OEI. Todavia, é necessário esclarecer que estes opositoristas se autodenominavam “bolcheviques-leninistas” num esforço para afirmarem sua vinculação político-ideológica com a tradição da Revolução de 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, marcadas por disputas no interior do partido russo e da Internacional, o termo “trotskista” foi utilizado de forma pejorativa pela burocracia stalinista e remonta às críticas direcionadas a Trotsky desde as primeiras divergências em 1904. Apenas após o assassinato de Trotsky, em 1940, o termo perdeu o caráter negativo e passou a ser aceito pelos militantes que reivindicavam o seu legado teórico.

Karepovs, Marques Neto e Löwy (2007) apontaram que a história do movimento trotskista brasileiro, a partir de suas características e períodos, pode ser dividida em “cinco gerações”. A primeira é justamente essa que surgiu com o GCL e que tem como principais representantes, além de Pedrosa, nomes como os de Lívio Xavier, Rodolpho Coutinho, João da Costa Pimenta, Aristides Lobo, entre outros.

O GCL teve existência curta, cerca de sete meses, entre maio e novembro de 1930. As fontes sobre a organização são escassas. Não há atas, resoluções ou outros documentos que nos forneçam informações mais precisas sobre o funcionamento interno da organização, seus membros etc. Assim, a principal fonte é o jornal *A Luta de Classe*. Entre os meses de maio e outubro de 1930, foram publicados cinco números. Todavia, temos acesso apenas aos quatro primeiros, pois o quinto foi apreendido pelos aliancistas durante a luta armada em outubro. Por conseguinte, é mediante a investigação dessas publicações que podemos analisar a sua atuação. O jornal apresentava diagramação bastante simples, suas edições contavam com 4 ou 6 páginas e cerca de uma dezena de artigos. No cabeçalho, havia apenas o nome da publicação e a indicação “Órgão do Grupo Comunista Lenine”, seguido por número, cidade e data. As primeiras publicações buscaram caracterizar a própria organização, em esforço para esclarecer qual era a posição do grupo diante do PCB. O GCL pensava a publicação a partir de uma perspectiva pedagógica. *A Luta de Classe* seria o instrumento para levar esclarecimento e elevar a consciência dos seus leitores, buscando ampliar suas influências, conquistando novos simpatizantes e militantes.

As edições do jornal *A Luta de Classe* estão disponíveis no Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (CEMAP), que atualmente se encontra no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp. Esse acervo, disponível desde 1981, foi fundamental para a fomentação de novos estudos sobre a trajetória dos trotskistas brasileiros, muitos deles publicados pelo próprio CEMAP. Em 1987, por exemplo, o CEMAP editou o livro *Na Contracorrente da História*. Organizado por Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs. Essa publicação, além de apresentar vários documentos da Liga Comunista Internacionalista, ainda continha prefácio assinado por Pierre Broué. Em 2015, foi lançada nova edição, revista e ampliada, da coletânea. Essa obra foi pioneira e impulsionou novas pesquisas.

A organização do movimento operário e os sindicatos foram pontos bastante debatidos nas primeiras edições de *A Luta de Classe*. O GCL publicou vários artigos analisando a situação das associações operárias e as condições de luta daquele período. A crítica à orientação sindical do PCB e a tática do Terceiro Período<sup>4</sup>, que apontava para uma suposta “radicalização das massas”, foram temas constantes. Mas além de destacar e descrever uma série de fatos em torno da organização sindical, os opositoristas também buscaram aprofundar o debate sobre a questão, discutindo a problemática dos fatores subjetivos, da luta econômica e o conturbado tema da relação entre partido e sindicatos. A organização dos trabalhadores e seus sindicatos eram questões urgentes para a nascente organização trotskista.

O presente artigo tem o objetivo de, a partir da análise do jornal *A Luta de Classe*, apresentar a concepção do GCL sobre o movimento sindical brasileiro em 1930. Num primeiro momento, busca-se caracterizar a crítica lançada pelo grupo à política do PCB, que apontava para uma “radicalização das massas” e convocava os trabalhadores para uma luta armada imediata. Posteriormente, investiga-se a concepção dos opositoristas em torno do papel dos sindicatos e de sua relação com o partido, bem como a relação entre luta econômica e luta política.

### **A crítica à política de “radicalização das massas” do PCB**

As primeiras duas edições de *A Luta de Classe* destacaram a análise sobre as comemorações do 1º de maio de 1930. Como ocorria tradicionalmente, o PCB convocou os trabalhadores para o que denominaram “comício monstro” na Praça Mauá. De acordo com os trotskistas, a atividade programada pelos comunistas resultou num grande fracasso. Além do ato reunir um pequeno grupo de operários, a ação foi vítima da polícia, que invadiu a praça, agrediu os manifestantes e ainda prendeu 30 trabalhadores. Para os trotskistas, o malogro da ação era “resultado da política errônea, *putchista*, anticomunista da direção” do PCB (GCL, 1930f, p. 1).

<sup>4</sup> O VI Congresso da IC, realizado em 1928, é notadamente reconhecido pela teoria do “Terceiro Período”, que indicou o fim da estabilidade capitalista e o início a uma nova crise que deveria ser acompanhada pela radicalização das massas. De acordo com a direção da IC, o Primeiro Período correspondeu ao pós-guerra, caracterizando-se pela fragilidade das economias capitalistas e a ascensão do movimento operário em toda a Europa. Esse momento se encerrou com a derrota da Revolução Alemã em 1923, princípio do Segundo Período, que foi marcado pela estabilização capitalista e pela adoção da frente única. O Terceiro Período apontava para o amadurecimento das contradições do capital e para ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária.

Um dos principais pontos contestados pelos membros do GCL foi a interpretação em torno da “radicalização das massas”. Segundo os opositores, os comunistas se orientavam unicamente pelos ditames da IC e não pela realidade do movimento operário nacional. Acrescentaram que a política de radicalização se baseava numa crise revolucionária inexistente, pois era apenas um *slogan* introduzido em todos os países, independente da realidade regional. Assim, apontaram que as manifestações públicas operárias não buscavam expressar as necessidades ou interesses do proletariado, mas apenas reafirmar as teses que eram lançadas pela burocracia stalinista:

Tendo, de acordo com as instruções que recebeu da direção stalinista, elaborado um plano mirabolante de “comício monstro” e comemoração “custe o que custar” deste 1º de Maio, que justificaria a “descoberta” sobre a radicalização das massas, a direção do partido, como já esperavam os que sabem ver as coisas pelo seu lado prático, não conseguiu ainda desta vez a realização de suas miragens. Para os dirigentes do PC uma demonstração pública deve realizar-se não pela necessidade que existe do proletariado demonstrar a sua consciência de classe e sim pelos simples fato de sua realização. Para eles isto basta. (Ibidem).

O GCL denunciou que o PCB estava sendo guiado exclusivamente pelo calendário e pela fidelidade a Moscou. Ainda acrescentou que a política ultra esquerdista introduzida pela IC e seguida pelos comunistas brasileiros era inaplicável nas condições existentes. Afirmaram que, em vez de radicalização, o que existia era a desorganização. No início de 1930, diante do conturbado período eleitoral, as organizações sindicais foram novamente vítimas das forças repressivas do Estado. A realidade apontava para a ausência de organização da base operária nas empresas e nos sindicatos, e para a diminuição da influência comunista nas fileiras proletárias.

Nesse cenário, os trotskistas argumentaram que a tática de realizar grandes ações públicas acabava cumprindo papel contrarrevolucionário, ao expor os trabalhadores à polícia: “Os nossos comunistas têm resumido sua atividade no seguinte: barulho, prisões e deportações, sem nenhum resultado prático. Obra inconscientemente policial”. (Ibidem). De acordo com os opositores, as orientações radicais, que aconselhavam os operários a resistir à polícia e tomar o poder, serviam de combustível para a reação. Nessa perspectiva, apontaram que “A classe proletária não é composta de apóstolos ou mártires com tendências ao

sacrifício pela humanidade. Todas as façanhas do PCB nestes últimos anos têm acabado na 4ª delegacia”. (Idem, 1930g, p. 1).

O GCL argumentou que, embebidos pela tese do Terceiro Período, os comunistas acreditavam na existência de uma crise revolucionária iminente e se esqueciam de realizar o trabalho mais elementar, ou seja, o trabalho de base nas fábricas e empresas. Ao contrário da “radicalização das massas”, os opositoristas afirmaram que faltava ao proletariado brasileiro justamente o desenvolvimento do fator subjetivo:

É evidente que não havendo base séria nas empresas, nunca se conseguirá nada. Os trabalhadores só comparecem à praça pública para demonstrar a sua consciência, se esta consciência existe, isto é, se eles estão fortemente organizados sindicalmente e revolucionariamente. E o que vemos no Brasil? Um proletariado inorganizado, a ser chamado inutilmente, por muitos inadequadamente, à luta para a qual não foi preparado. (Idem, 1930f, p. 1).

Nos últimos anos da década de 1920, o PCB conseguiu criar duas federações sindicais regionais e uma confederação sindical nacional. Parecia que o trabalho no interior do movimento operário começava a dar resultado e aumentava a influência comunista. Não obstante, na segunda metade de 1929 e início de 1930, o movimento sindical comunista entrou em período de estagnação e recuo: “De nada nos adiantou termos fundado sucessivas e burocráticas federações e confederações, que acabaram existindo apenas no papel, sem termos adquirido a capacidade de orientá-las e torná-las organismos em condições de defender a classe trabalhadora”. (Idem, 1930a, p. 6).

Ao comentar os resultados da criação da Confederação Geral dos Trabalhadores, os opositoristas apontaram que ela se tornou um símbolo, não do avanço das forças comunistas, mas do seu desgaste: “Essa iniciativa que devia marcar o ponto de partida de um grande trabalho, marcou justamente o inverso: o início do desbaratamento do pouco que já se havia feito”. (Ibidem). Para o GCL, o principal fator que motivou as derrotas e a desorganização do movimento operário foi a orientação política equivocada apresentada pelo partido.

Não obstante, argumentaram que a direção comunista não realizava qualquer autocrítica para buscar verificar os erros e corrigi-los. Ao invés disso, apenas reafirmava as concepções em torno do avanço do proletariado em direção à revolução:

Cegos de vaidade, os homens da direção chegam ao cúmulo de dizer que o 1º de maio, ao contrário de ter sido um fracasso, serviu para demonstrar que a massa está “radicalizada” e “preparada” para “a revolução agrária... que já começou!” [...] Em lugar de, à bolchevista, confessar os seus inúmeros erros e estudar as verdadeiras causas desses erros, para logo traçar uma linha justa, rigorosamente marxista, a direção trata de inverter os fatos e lança a confusão, para poder continuar a ilusão de dominar a massa do Partido, a conquistar a “fama” exigida por seu cabotinismo e, conseqüentemente, a prejudicar o proletariado em seus interesses de classe revolucionária. (GCL, 1930b, p. 1).

Para o 1º de agosto de 1930, os comunistas prepararam e convocaram nova manifestação pública. O comício foi anunciado em acordo com o calendário de manifestações da IC, que havia determinado a data como “dia da jornada internacional de luta dos explorados do mundo inteiro contra a exploração e a guerra imperialista”. (PCB, 1930, p. 1). Assim, mesmo com palavras de ordem estranhas e distantes das necessidades imediatas dos trabalhadores brasileiros, o PCB almejava mobilizar e comprovar a tese da radicalização. No nº 4 de *A Luta de Classe*, os opositoristas se dedicaram a comentar sobre a manifestação. Mais uma vez, eles reafirmaram as críticas à linha ultra esquerdista que se consolidava naquele momento, junto ao processo de depuração interna, resultado do “obreirismo”<sup>5</sup> e do combate aos “desvios de direita”.

O artigo destacou a impertinência da convocação de uma manifestação para data que não era capaz de mobilizar os trabalhadores. Segundo os trotskistas, a luta contra a guerra e o imperialismo não dizia nada aos trabalhadores sobre as suas imediatas condições de vida. Assim, o PCB esquecia de apresentar as demandas econômicas dos trabalhadores e importava uma palavra de ordem, buscando aplicá-la mecanicamente sobre outra realidade. De acordo com o GCL, o comício estava esvaziado, e os presentes pouco entendiam sobre as discussões: “os oradores do Partido não conseguiram prender a atenção dos operários, com a eterna falação sobre o imperialismo, perigo de guerra na América do Sul e etc”. (GCL, 1930g, p. 1). Os trabalhadores brasileiros viviam os efeitos da crise de 1929 e da queda da produção do café. Suas demandas econômicas, por emprego

---

<sup>5</sup> O “obreirismo” partia da concepção de que os partidos eram controlados por intelectuais e que a mentalidade pequeno-burguesa destes havia sido o grande obstáculo para o avanço comunista entre as massas trabalhadoras. Para transformar o partido numa verdadeira organização da classe operária, assinalou-se que era preciso colocar os trabalhadores na sua direção.

e salários, eram urgentes. Mas, de acordo com a Oposição, o partido virava as costas para essas questões imediatas: “[...] o proletariado brasileiro está a braços com problemas prementes que interessam direta e profundamente não só a vida do operário individualmente como a sua existência coletiva. Enquanto não tratar destes últimos assuntos, o PC, não mobilizará nenhuma massa”. (Ibidem).

Quando os comunistas anunciaram mudanças táticas, rompendo com a pequena-burguesia, com Prestes, e aniquilando o Bloco Operário e Camponês (BOC), os trotskistas afirmaram que era uma orientação que vinha de Moscou, mas que não significava nenhuma alteração profunda nas concepções do partido: “Afastou-se, talvez, um ou outro membro do CC, e modificou-se talvez ligeiramente a redação de alguns dos artigos que a Classe Operária vinha a muitos meses repetindo. E foi tudo”. (Ibidem). Apesar de se falar em mudança da linha política, o GCL destacou que a consolidação das orientações do VI Congresso da IC não representava uma ruptura, mas a continuidade dos erros:

Não houve mudança, nem poderia haver, primeiramente porque o Partido, debaixo da atual orientação da Internacional tem de continuar a errar. Desvirtuado pela burocracia dirigente, a Internacional nesses últimos anos tem se afastado completamente da linha marxista revolucionária, e baseia sua ação em falsas deduções, tais como a “radicalização” decretada para todo o mundo, mas não constatada, o socialismo num país só, e etc. Com tais descobertas ela traça para os Partido nacionais linhas que só podem ser erradas, e depois, quando os acontecimentos a forçam a ver que os resultados foram maus, responsabiliza pelos fracassos os partidos. (Ibidem).

Diante do aprofundamento da linha política do Terceiro Período, o GCL reafirmou suas críticas à utilização de palavras de ordem radicais. Apontaram ainda que essas iniciativas só poderiam ser lançadas se houvesse verdadeira crise revolucionária e real possibilidade de vitória para o proletariado. Isso exigiria um partido bem organizado, uma vanguarda de operários preparados e amplo apoio entre a base. Mas essa era uma realidade distante naquele momento, o que acabava por levar o movimento operário ao confronto direto com a polícia: “O proletariado tinha como palavra de ordem tomar as fábricas e resistir à polícia, o que conduziria forçosamente a luta armada, do qual um dos dois sairia vitorioso e o outro esmagado”. (Ibidem). Tal orientação aparecia como medida suicida, semelhante ao que ocorreu na China em dezembro de 1927, quando se convocou a insurreição em Cantão.

No interior dos sindicatos, o PCB se apresentava como corrente majoritária e forjava uma crise revolucionária. Por sua vez, os oposicionistas denunciavam o discurso fantasioso e afirmavam que as demais tendências sindicais, reformistas e anarquistas estavam se fortalecendo. A política sectária de enfrentamento e ataque direto a essas correntes acabou por reforçar ainda mais a posição delas, pois os trabalhadores não viam com simpatias as provocações lançadas pelos comunistas: “Os nossos *‘leaders’* pensaram sempre que o melhor meio de conquistar a massa desses sindicatos era dizer desaforos aos seus chefes, taxá-los de traidores etc., sem se preocupar com fazer despertar na base o espírito e a consciência de classe.” (GCL, 1930a, p. 6).

Nas eleições de 1930, Minervino de Oliveira, que havia sido lançado como candidato à presidência pelo BOC, teve votação irrisória. Nesse cenário, no momento que antecedeu outubro, o PCB permaneceu isolado, enquanto a Aliança Liberal e o movimento tenentista conseguiram apoio e derrubaram Washington Luiz. O que os trotskistas afirmavam era que a política sindical do PCB, que deveria ser o principal meio para atingir a classe trabalhadora, havia fracassado e que, no momento decisivo de 1930, os sindicatos estavam desorganizados: “Quando lhes pareceu tudo pronto para irromper a sonhada revolução “agrária e anti-imperialista” [...] Os sindicatos foram abandonados a sua sorte”. (Idem, 1930e, p. 1).

Logo, concluíram os oposicionistas, não era de se espantar que o proletariado “lendo os fabulosos convites do Partido e sabendo onde eles os levariam preferiam ficar como estão até encontrar outra solução melhor”. (Idem, 1930g, p. 3). Para o GCL, a política de radicalização acabou por expor os operários engajados à ação da polícia e, ao mesmo tempo que levava os trabalhadores para as prisões, ainda fazia uma verdadeira propaganda contra o comunismo, disseminando o desânimo e a desconfiança entre os trabalhadores:

Quer conhecer os índices da nossa influência progressiva no seio da massa? Pois leia: nas eleições para intendentess de 1928 cerca de quatro mil indivíduos votaram nos nossos candidatos. Nas eleições de 1930, que foram duas, obtivemos na 1ª, 534 votos e, na 2ª, 162. Eis a que se reduz a nossa influência política no seio da massa, na capital do país. Em matéria sindical a coisa é pior. Presentemente temos: 0, mais 0, mais 0 igual a 0. (Idem. 1930a, p. 6).

No artigo intitulado “Notas sindicais”, os trotskistas ressaltaram a facilidade que os agentes da repressão de Washington Luiz tiveram para fechar

sindicatos, confiscar os arquivos e levar militantes e operários às prisões. É importante destacar que, em março de 1930, realizaram-se as eleições presidenciais e, diante da instabilidade política, ocorreu uma forte reação contra as associações operárias. Assim, no período que antecedeu as eleições, diversos sindicatos foram invadidos e impedidos de funcionar: o sindicato dos gráficos, dos alfaiates, dos tecelões, o Centro Cosmopolita, foram apenas algumas das organizações fechadas.

De acordo com os opositoristas, a repressão havia triunfado sobre as organizações operárias, e os sindicatos revolucionários se encontravam totalmente desorganizados. Não obstante, argumentaram que a ação repressiva teve seu trabalho facilitado pelos próprios comunistas, que devido a inexperiência não souberam trabalhar de forma a conciliar a ação legal e clandestina. Manifestações públicas e a utilização de palavras de ordem radicais levaram o temor à burguesia, que reagiu com força policial, dissolvendo as associações operárias e perseguindo militantes e operários. Nesse sentido, o GCL destacou que o discurso ultra esquerdista da direção comunista fomentou a ação repressiva e, quando a ação policial veio à tona, os sindicatos estavam expostos e desprotegidos.

Quando lhes pareceu tudo pronto para irromper a sonhada revolução “agraria e anti-imperialista”, veio em cima a reação e pôs em evidência toda a incapacidade dos encenadores da imaginária aventura. Os sindicatos foram abandonados a sua sorte, enquanto o grupelho que há de tornar célebre pela imensa quantidade de mancadas cometidas, procurava compreender aquilo que suas mentalidades ainda não conseguiam discernir. (Ibidem).

A grande crítica da Oposição era a de que a política desenvolvida pelos comunistas havia contribuído para o esfacelamento dos sindicatos. Nessas circunstâncias, o patronato havia encontrado as melhores condições para aumentar a exploração sobre os trabalhadores. Afinal, a crise econômica somada à ausência de associações operárias deixava o terreno livre para a burguesia aumentar a taxa de mais valia absoluta.

### **O papel dos sindicatos e a relação com o Partido**

Desvelando o clima de entusiasmo e otimismo lançado pelos comunistas, o GCL apontou que o movimento operário não estava em condições de preparar um levante e que a tarefa imediata não era a de preparar uma insurreição, mas a de analisar as razões para a não consolidação do movimento sindical revolucionário

no país. Argumentaram que em vez de mistificar a realidade era necessário rediscutir sua organização, apontar suas fraquezas e falhas: “Mas esse trabalho não se fará, aqui, com a atual direção. Ela não tem a hombridade de confessar seus erros e arcar com as responsabilidades da derrocada que sofremos [...]”. (Ibidem). Em uma interessante passagem, os trotskistas buscaram resumir o problema da política sindical realizada pelo PCB e destacaram o predomínio da política e o menosprezo pela luta econômica e pela organização da base operária:

O fracasso da política sindical é fruto da mentalidade predominante na direção do partido a partir do III Congresso. De lá para cá, não se fez outra coisa senão inutilizar todo o trabalho já feito nas organizações sindicais de classe, num trabalho sistematizado de desprestígio dos militantes sindicais, de abandono das organizações, porque a maioria absoluta do *Presidium* e os “*leaders*” da juventude entendiam que o trabalho de organização de massas devia ser relegado para... depois da revolução. Para eles a ação “política” era tudo. (Ibidem).

No texto intitulado “Marx e a questão sindical”, publicado no segundo número de *A Luta de Classe*, o GCL buscou desenvolver melhor a problemática em torno da relação entre a luta política e a econômica e a relação entre partido e sindicato. O artigo apresentou uma longa passagem da *Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos*, na qual Marx lançou olhar mais atento sobre a questão sindical. Nesse documento, encontramos uma análise sobre o passado, o presente e o futuro das associações operárias.

Sobre o passado, a resolução afirmou que apesar de suas limitações, os sindicatos se revelaram como centros organizativos do proletariado e, nesse sentido, eram indispensáveis na luta para a emancipação dos trabalhadores. No momento presente, considerou que eles se ocupavam quase que exclusivamente das lutas locais e imediatas e se mantinham distantes das questões políticas, não participando de movimentos políticos. E sobre o futuro das organizações, evidenciou que tinham a tarefa de lutar pela emancipação radical, ou seja, “em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários”. (AIT, 2008, p. 91-92).

Nessa perspectiva, os opositores apontaram que o PCB não compreendia a relação entre partido e sindicato e apresentara uma concepção estreitamente instrumentalizada das associações operárias. Por conseguinte, a partir da análise da resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criticaram o

fato do PCB utilizar da estrutura sindical para alcançar seus interesses partidários. Eles reafirmaram as críticas que Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta haviam feito em 1928: o partido transformara os sindicatos em instrumento político. E desenvolveram essa crítica, caracterizando a política do PCB como próxima da corrente de Lassalle, uma vez que determinava a completa submissão dos órgãos operários aos interesses do partido:

Atualmente, porém, campeia nas esferas burocráticas da IC uma tendência a deformar esta concepção, caindo-se no exagero oposto do sindicalismo, (caso do Brasil) isto é, - no lassallianismo, - procurando substituir-se a ligação orgânica, por assim dizer, subterrânea, dos diferentes membros da classe, - sindicato e partido – preconizada por Marx e restaurada por Lenine, por uma hierarquia burocrática dos aparelhos dirigentes, o sindicato direta e automaticamente subordinado ao partido. (Idem, 1930c, p. 2).

De acordo com o GCL, a relação do partido com os sindicatos não poderia se basear na submissão hierárquica e burocrática dos segundos pelo primeiro. Os sindicatos, como órgãos que expressavam a luta imediata dos trabalhadores, não poderiam se submeter às demandas do partido. Não obstante, as organizações não poderiam estar totalmente desvinculadas, separadas, como pensavam os adeptos do sindicalismo. De acordo com os opositoristas, a concepção marxiana pressupõe uma relação dialética e recíproca entre o partido, os sindicatos e os trabalhadores. “Nem, pois, a negação mecânica de toda ligação entre o partido e o sindicato, como querem os sindicalistas, nem o predomínio automático e formal do partido diretamente sobre o sindicato, como o estão querendo os burocratas”. (Ibidem).

Os opositoristas acusaram a direção comunista de transformar os sindicatos em apêndices do PCB; instrumentos para sua propaganda e combate às demais tendências. Dessa forma, as reuniões sindicais se transformavam em palanque para a direção divulgar suas palavras de ordem radicais, atacar e provocar adversários, o que deixava a classe operária desamparada e desinteressada. Ora, o partido não devia se inserir nos sindicatos para apresentar suas demandas e suas disputas políticas, mas para orientar a própria luta econômica dos trabalhadores e fazê-la avançar:

O Partido deve, porém, aparecer nesta luta, pela sua experiência acumulada, como o guia mais seguro dos operários e pela justeza das suas palavras de ordem e de sua diretriz, arrastar as massas operárias para dentro dos seus sindicatos, porque se o Partido

representa a minoria revolucionária consciente, os sindicatos são, na fórmula de Marx “escolas de socialismo” em que os operários tem permanentemente a luta diante dos olhos e tornam-se socialistas sem o saber. (Idem, 1930h, p. 3).

De acordo com a GCL, os sindicatos eram órgãos de frente única da classe operária, e os interesses imediatos dos trabalhadores deveriam ser colocados em primeiro lugar, sem a subordinação aos interesses político-táticos ou ideológicos dessas organizações a qualquer partido. A luta nos sindicatos pelas reivindicações econômicas mais imediatas não deveria ser menosprezada pelo partido. “É preciso convencer os trabalhadores de que os sindicatos não são organizações exclusivamente políticas, mas sim, e em primeiro lugar, organismos de luta econômica dos operários que se colocam no terreno da luta de classe”. (Idem, 1930e, p. 1).

Os comunistas não poderiam simplesmente apontar essas demandas como reformistas e insuficientes, pelo contrário, deveriam tomá-las como o ponto de partida necessário para o desenvolvimento da luta de classe: “E o melhor meio de se preparar militantes é levar os sindicatos à luta, periodicamente, pelas reivindicações de melhorias econômicas, pois só na prática os operários se convencerão da inevitabilidade de se transformar a luta econômica em luta política”. (Ibidem). O GCL argumentou que o antagonismo entre capital e trabalho aparece de forma mais clara nas demandas econômicas, e era a partir destas que o partido deveria fazer avançar o conflito, trazendo à superfície todo o cenário irreconciliável da luta entre capital e trabalho.

Com efeito, o GCL também criticou a vertente sindicalista que afirmava que as associações operárias não deveriam apresentar qualquer demanda política, permanecendo no terreno exclusivamente econômico. “Isto é a resposta de Marx aos sindicalistas puro-sangue que têm as vezes o topete de invocar Marx em apoio do seu sindicalismo sem cor política nem cheiro de classe”. (Idem, 1930c, p. 2). Tal concepção apontava que os partidos não poderiam atuar junto aos sindicatos, pois estes deveriam defender apenas as demandas imediatas dos trabalhadores, reivindicações exclusivamente econômicas e nunca políticas. Discordando desse entendimento, o GCL elucidou que era preciso seguir um desenvolvimento dialético, partindo das lutas imediatas para se chegar àquelas mais concretas, quer dizer, partir das reivindicações econômicas para se alcançar as políticas.

Por fim, também destacaram a necessidade de um trabalho contínuo de educação revolucionária. O partido deveria confiar menos na “radicalização” espontânea das massas e trabalhar para desenvolver os fatores subjetivos, fazendo avançar a consciência de classe, expondo aos operários, por meio da luta sindical, todo o processo produtivo ao qual eles estão submetidos:

A experiência nos tem demonstrado inúmeras vezes que nós nos descuidamos, pois não procuramos interessar os operários na luta em que estamos empenhados. Confiamos demasiadamente na tradição revolucionária das massas e muito poucas vezes nos lembramos de pôr à prova a sua capacidade. E é disto que ela mais precisa, de adestramento, treino, educação revolucionária. (Idem, 1930e, p. 3).

Acrescentaram que a educação política da classe operária estava muito atrasada. Consideravam que havia evidente insuficiência no desenvolvimento da consciência de classe entre os operários, que estes não compreendiam o papel político que poderiam e deveriam desempenhar na luta por seus interesses de classe: “Os que militam nos sindicatos, aqueles que vivem em contato com a grande massa nas empresas, podem atestar da pobreza ideológica do nosso proletariado urbano, ignorante na sua quase totalidade do papel que representa na sociedade e sem espírito de classe”. (Idem, 1930a, p. 6).

Para os opositoristas, a luta sindical cumpria papel fundamental no desenvolvimento da consciência de classe. Assim, o partido deveria atuar junto aos sindicatos, defendendo as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores, mas buscando superá-las, pois compreendiam que era a partir das lutas econômicas, no processo dialético da luta de classe, que se avançaria na conscientização. Desse modo, as tarefas políticas entrariam na ordem do dia: “Só no curso desta luta; pela acentuação dos antagonismos de classe, é que as massas operárias alcançam a compreensão do seu interesse vital – a revolução – e o papel do Partido como guia revolucionário de sua classe”. (Idem, 1930h, p. 3).

## Considerações finais

Em seu curto período de existência, os membros do GCL buscaram se aproximar dos sindicatos, especialmente daqueles dominados pelos comunistas. O objetivo era denunciar a direção, a fim de reorientar a sua política sindical. Não obstante, só conseguiram ser bem-sucedidos junto aos trabalhadores gráficos. Nesse processo, foi fundamental a participação de João da Costa Pimenta, que havia rompido com o PCB em 1929 e, naquele período, havia se aproximado das teses oposicionistas, atuando junto ao GCL.

Assim, no campo sindical, a tarefa que se colocava de forma mais imediata aos trotskistas era a reorganização da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), que havia sido fechada pelas forças repressivas no início de 1930. Sob a liderança de João da Costa Pimenta, trabalhou-se pela reestruturação do sindicato, e uma Junta Governativa foi eleita para desempenhar tal tarefa. Durante os meses de maio e junho, foram realizadas uma série de reuniões a fim de avaliar a situação dos trabalhadores e do sindicato, com o intuito de apresentar “um plano de trabalho tendente a reerguer essa associação”. (Idem, 1930i, p. 2). De maneira geral, as principais atividades da UTG, nesse período, foram para fortalecer o sindicato, visando a agitação e propaganda e o recrutamento de membros.

Não obstante, em novembro de 1930, o GCL já apresentava sinais de desgaste, e a paralisação das atividades do grupo se tornaram evidentes. No mesmo período, Pedrosa e Azambuja, dois dos principais articuladores do grupo, adoeceram e ficaram impossibilitados de desenvolverem atividades políticas. Neste cenário, o grupo se rendeu ao desânimo e praticamente encerrou suas atividades. Sob o nome do GCL não foi publicado mais nenhum número de *A Luta de Classe* e também não se realizou mais nenhuma intervenção pública.

Pedrosa tinha intenção de dar continuidade aos trabalhos da OEI no Brasil. Em carta de 8 de dezembro para Lívio, Pedrosa (*Apud* MARQUES NETO, 1993, p. 332) apontou que era preciso recrutar novos membros, pois os antigos militantes não estavam mais dispostos, e insistir não traria resultados. Os oposicionistas conseguiram superar as dificuldades e se reagrupar numa nova organização. O novo impulso foi dado quando Aristides Lobo rompeu com o PCB e aderiu à Oposição. Em 21 de janeiro de 1931, ocorreu, em São Paulo, a primeira reunião da Liga Comunista - Oposição de Esquerda (LC), organização que deu continuidade às atividades da primeira geração de trotskistas brasileiros.

## Referências

ABRAMO; KAREPOVS. **Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1933)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)**. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. **Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos**. In: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

GRUPO COMUNISTA LENINE. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930a.

\_\_\_\_\_. **Ainda o 1º de Maio**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930b.

\_\_\_\_\_. **Marx e a questão sindical**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930c.

\_\_\_\_\_. **Nossa tática para o com o Partido**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930d.

\_\_\_\_\_. **Notas sindicais**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 de maio de 1930e.

\_\_\_\_\_. **O 1º de maio e a demagogia da direção do PC**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930f.

\_\_\_\_\_. **O 1º de agosto e a política dos “blefes”**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930g.

\_\_\_\_\_. **Provocação e clandestinidade**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930h.

\_\_\_\_\_. **U.T.G.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930i.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José de Castilho. **Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Vol. 5. Campinas: Unicamp, 2007.

KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. **Trotski e o Brasil**. In: MORAES, João Quartim de. (Org.). **História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL **Convocação**. In: *A Classe Operária*. n. 93, Segunda fase. Rio de Janeiro. 19 jul. 1930, p. 1.